

Pablo Alabarces\*

## Uma teoria geral do *tamo junto*<sup>1</sup>

### Uma lógica popular da prática (popular)

Um ponto de partida no tratamento da violência no futebol, mesmo que elementar, vem sendo profundamente negligenciado: não há ação sem causa e sem sentido. Se não conseguirmos informações suficientes para responder essas duas questões, se não produzirmos interpretações rigorosas e adequadas, não podemos entender do que se trata, não podemos entender nada: a violência no futebol, o narcotráfico ou o costume de dar presentes nos aniversários. Quando o tratamento jornalístico e político “resolve” tudo falando de “gente violenta”, infere uma causa e um sentido: a violência aconteceria, segundo eles, porque há sujeitos intrinsecamente violentos, que fazem tudo com violência e cujo único objetivo é obter dinheiro em troca dessa violência arbitrária e, para piorar, congênita. (Isso, por sua vez, supõe um único caminho para a solução: “expulsar os violentos do futebol argentino”, “exilar esse lixo humano”, “exterminar esses animais”. Essas barbaridades

foram ditas, inclusive publicamente, sem medo de implicações autoritárias, apesar dessas posturas serem contraditórias com alguns princípios básicos do direito democrático).

Conseqüentemente, as únicas medidas alguma vez tomadas foram as repressivas, mas limitadas à distribuição de pedaços de pau, no atacado, entre todos os torcedores. Em poucos casos houve sentenças judiciais, resultado da ação de poucos procuradores e juizes com inteligência para provar atos criminosos previstos no código penal –porque, por falar nisso, a Lei De la Rúa, uma lei concebida especificamente para atos de violência esportiva, é uma bobagem digna do seu autor, e a peça jurídica mais inútil da legislação argentina. E o que é pior, como todos sabemos, as relações entre torcidas e dirigentes da polícia, da política e do Judiciário são tão tortuosas que tornam totalmente impossível que essas táticas possam se desenvolver com alguma chance de sucesso.

A cada vez que discutimos esses argumentos costumamos nos amparar em um dado

estritamente histórico: as soluções judiciais e policiais repressivas, as únicas aventadas até agora, não deram nenhum resultado. É por isso que reivindicamos pelo menos a possibilidade de pensar e discutir alternativas, que devem começar, como dissemos na primeira frase deste texto, por entender causas e sentidos. E para isso precisamos partir de um princípio antropológico, aquele que afirma que as ações sociais devem ser compreendidas em função da lógica de quem as realiza. Dito de forma rápida: se as pessoas que, como nós, não exercitam atos violentos nem sequer para dar uma palmada nas crianças, têm um pânico proverbial à dor física, evitam qualquer situação de confrontação desde a nossa mais terna infância, enfim, se tentarmos interpretar os atos violentos a partir dos nossos próprios parâmetros morais de agir, não vamos entender nada.

Para não falar das vezes em que esses julgamentos morais –porque não se trata de interpretação mais ou menos científica, mas sim de julgamentos rápidos que condenam sem possibilidade de defesa– são produzidos a partir de uma flagrante hipocrisia: as mesmas autoridades esportivas e políticas que rechaçam, irritadas, a violência das torcidas fazem uso dela em situações específicas. Ou mais irritante é o fato de que essas mesmas pessoas, que se autodenominam “um torcedor comum”, rechacem os “violentos”, defendam sua condenação e depois peçam o estupro anal dos adversários, cuspem neles e os agridam fisicamente, passem do “você não é ninguém” à ameaça de morte.

Uma hipocrisia gigantesca cobre um etnocentrismo rigoroso: julgar as ações dos demais a partir dos próprios parâmetros culturais e morais, parâmetros que, pior ainda, são mentirosos.

Como já dissemos não há prática sem lógica que a inclua, explique, permita e dê sentido. A ideia do “instinto” pode ser simpática para descrever ações pontuais e focalizadas, mas não para compreender atitudes massivas, que se estendem no tempo, no espaço e entre sujeitos de diversas classes sociais, gêneros e idades.

Além do mais, a ideia do que é “instintivo” volta a nos colocar no mundo animal, que é o que desejamos evitar. Os seres humanos não agem no vazio de sentido: produzem suas práticas em meio a complexas codificações culturais, morais e ideológicas às quais respondem de modo mais ou menos consciente. Codificações que podem mudar: justamente porque são humanas, foram elaboradas por sujeitos que, com elas, mudaram outras anteriores; codificações que voltarão a ser superadas quando encontrarem ou inventarem outras melhores. Não há determinismos fechados na ação social: com maiores ou menores dificuldades, os sujeitos têm a capacidade de discutir inclusive suas determinações biológicas, de classe ou étnicas.

Entender a lógica da violência no futebol é, então, o ponto de partida para compreender melhor o fenômeno. Mas entendê-la significa escutar os atores.

### Uma retórica, uma ética

Há quase 15 anos insistimos em que essa lógica se chama *tamo junto*<sup>1</sup>. Numa popularização fácil –da qual somos corresponsáveis– acabou por ser chamada de “cultura do *tamo junto*”, apesar de que, na verdade, deva ser chamada de ética do *tamo junto*, porque se organiza como um sistema basicamente moral.

Para entendê-la e organizá-la, vale começar por suas retóricas. Ou seja, um vocabulário e um sistema de metáforas, uma linguagem que nos permite compreender do que estamos falando. Por um lado, estão os homens, que são os que “estão juntos”: ou seja, os que têm coragem, os que, conseqüentemente, têm “culhões” –porque, ao elaborar-se ao redor de metáforas sexuais, tudo se torna genital, até a coragem–, os que “ficam lá” e não “correm”, para garantir o território; os que defendem os

\* Sociólogo. Professor titular de Cultura Popular na Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires.

1. No original em castelhano, *aguante*, expressão muito popular no Rio da Prata utilizada para indicar apoio a um clube de futebol, partido político, artista, ideia etc. que cause controvérsia.

“trapos” (as bandeiras) diante do ataque do adversário. São os que não precisam de aliados, e muito menos da polícia, os “coxinhas” –“gambés”, “meganhas”, “samangos”–, que, como usam “berros” (armas) e recusam, conseqüentemente, a luta corpo a corpo, também não têm coragem.

Do outro lado, estão os “putos”. Por oposição: todos os que não são o que acabamos de dizer, entre eles a polícia. E, conseqüentemente, como o sistema se organiza genital e sexualmente, a relação entre homens –machos– e putos é metaforizada através das relações sexuais masculinas; ou seja, a penetração anal –“arrombado”– e o sexo oral –“chupetinhas”. Para usar categorias da epistemologia maradoniana, é aquilo que vai do dizer que algo “está bem metido aí dentro” a “continuem a chupar”.

Claro que essas metáforas são fáceis e perfeitamente compreensíveis, e inclusive não são necessariamente homofóbicas, ainda que pareçam. Porque é uma metáfora: o que define ser parte do “tamo junto” não é a heterossexualidade, mas sim a capacidade de combate. O “tamo junto” denomina a capacidade de “ficar lá” e “não correr”: não se limita a outras expressões corporais, como acompanhar a equipe em viagens insondáveis aos recônditos da república, suportar frios e calores bizarros ou cantar durante horas com potência desgarradora, que também devem acontecer. Mas o tamonjunto é verificado, provado e avaliado no combate.

Portanto, as torcidas devem comemorar esses combates, através dos quais demonstraram seu próprio tamonjunto e a ausência do alheio: porque, além do mais, todas as torcidas mantêm uma espécie de *ibope* imaginário em que a ida ao estádio, a abundância de bandeiras, os confrontos com a polícia (que são os mais valiosos, os que aumentam mais a pontuação), e com as outras torcidas permitem estabelecer hierarquias: torcidas mais ou menos duronas, *aguantadoras*. Mas não é suficiente comemorar: porque o tamonjunto não é pura narrativa, mas sim uma narrativa inscrita no corpo, uma memória da ação em que as cicatrizes dos com-

bates passados cumprem um papel decisivo. Ninguém pode “falar demais”, “gargantear” o tamonjunto: o combate tem que ser real e deve poder ser comprovado no corpo.

O tamonjunto se inscreve no corpo. O tamonjunto é executado com o corpo. A lógica do tamonjunto é tão corporal que inclusive permite explicar o excesso corporal. Por exemplo, o abuso do consumo de drogas e álcool. Em que consiste esse abuso? Consiste em explorar os limites do corpo. Ser muito macho é beber muito; ser muito macho é não perder a consciência, aguentar o consumo desmedido de drogas e comprimidos. É uma lógica essencialmente corporal, de profunda capacidade de aguentar desafios, profundamente *aguantadora*. Também, sem dúvida, profundamente machista. Mas me detenho nisso: é duramente corporal. O tamonjunto é uma lógica do corpo. E, enquanto lógica do corpo, contradiz também o predomínio da racionalidade discursiva, supostamente abstrata e letrada. À medida que a moralidade, e também a economia burguesa, é basicamente simbólica e discursiva, é basicamente de “palavreado”, essa lógica exasperada e excessivamente corporal aparece como *outra*, radicalmente, aparece como destinada somente ao rechaço.

Em que consiste essa lógica da prática? Consiste em um mundo moral segundo o qual defender a honra, o território, a tradição, o orgulho do bairro, da equipe e das suas cores é tarefa de machos que deve ser executada com o corpo a partir de uma série de práticas que são especialmente as violentas: o combate, a briga. Isso tem rincões infinitos, transformações, não é uma lógica estável: é uma lógica mutante. Em um artigo recente, Verónica Moreira trabalha com os depoimentos dos torcedores velhos frente aos torcedores mais novos, e os mais velhos afirmam: “Com o berro qualquer um está no tamonjunto, agora qualquer um sai para dar porrada”. Por quê? Porque o velho código do tamonjunto sustentava que isso se fazia com o corpo. O “berro”, a arma, impõe distância, não permite o choque de corpos. Então, “com o berro qualquer um está no tamonjunto”



Da esq. para a dir.,

*Dirt*, 2018  
Oil on canvas  
274 x 213 cm

*Untitled*, 2018  
Onyx  
254 x 156 x 86 cm

*Teeth*, 2018  
Oil on canvas  
274 x 213 cm

©Anish Kapoor. All rights reserved DACS/SAVA 2020

descreve uma mudança nessa lógica.

A verdade é que o que existe aqui é uma lógica. Uma lógica que não é uma ideologia, que não é uma concepção do mundo e da vida, mas sim uma concepção moral do mundo e da vida: *isso está certo, isso está errado*. Claro que uma concepção moral do mundo e da vida baseada na visão de “quem tem o p... maior” não é precisamente uma concepção que nos seduz, que possamos considerar progressista, revolucionária, transformadora, transgressora, alternativa. É, no entanto, alternativa no sentido de que indica justamente uma pluralidade moral. No momento em que o tamonjunto se reivindica como uma concepção moral, está indicando que há mais do que uma única moral. E aí aparece outra palavra própria do vocabulário que estamos analisando: o *certinho*, o hipócri-

ta. Ou seja, aquele que afirma que seu mundo moral é único e não aceita a existência de morais alternativas. Nesse sentido, o tamonjunto funciona como *relativamente* alternativo: indica a afirmação positiva de uma moralidade diferente da hegemônica, que nos seduz pouco, que não nos compreende nem nos organiza, mas que funciona como lógica moral de ação para uma enorme quantidade de sujeitos.

### Obrigações e legitimidades

Ao se construir e se reconhecer como lógica e moral, o tamonjunto não é uma característica mais simpática ou mais repudiável dos torcedores e das torcidas: é um mandato moral que organiza as ações, e por isso insistimos tanto nessa ideia da *lógica da prática*. Frente a qualquer

acontecimento que os sujeitos entendam como a perda da honra, como desonra – que outra torcida “caminhe” em seu território; o roubo de bandeiras; de modo geral, qualquer derrota esportiva; de modo especial, os rebaixamentos de categoria, para citar apenas alguns –, a lógica *aguantadora* exige que essa honra seja resgatada, que a ferida seja lavada, em uma exibição de mais tamo junto. Brigar, então, deixa de ser uma possibilidade: a lógica do tamo junto transforma isso em *uma obrigação*. A sucessão de incidentes de menor ou maior grau – distúrbios ou mortes – que acontece a cada final de temporada, quando são decididos os rebaixamentos, é tão previsível como explicável: a surpresa é quando não acontecem, e inclusive nesse caso não há surpresa, na medida em que o conhecimento adequado dos modos em que cada torcida assimila e executa o código permite antecipar os acontecimentos. Por exemplo: o rebaixamento do Independiente em 2013, que depois de um ano de intensas disputas ao redor dos comportamentos mais ou menos extorsivos ou mais ou menos violentos da sua *barra brava* (torcida violenta) foi acompanhado sem incidentes de importância. Pelo contrário, o rebaixamento do River em 2010 *devia* provocar o desastre que aconteceu nos arredores do estádio Monumental.

A ideia é que o tamo junto se transforma no contexto de interpretação que permita aos sujeitos envolvidos entender e julgar suas próprias práticas. Assim, o que para um observador externo é uma confusão enorme para os participantes pode ser apenas uma luta justa, obrigatória, necessária –às vezes, inclusive, prazerosa; como indicamos anteriormente, a ideia da luta como prazer não deve ser descartada. Desse modo, veremos que inclusive as práticas violentas são entendidas como legítimas: é o que *você tem que fazer*, se não quiser ser chamado de *puto*.

Como afirmamos em um trabalho escrito com José Garriga Zucal e Verónica Moreira, essas práticas dos torcedores são reprimidas pela polícia, julgadas nos tribunais e conde-

nadas pela opinião pública. O tamo junto é estigmatizado e condenado. Mas os integrantes da torcida continuam a apostar de forma obstinada nesses gestos para se distinguir e identificar. A sanção que situa suas práticas nos limites das ações não válidas tem, para os torcedores, outro significado, é uma marca de honra da sua inclusão grupal: brigar é um sinal de prestígio. Essa obstinação não é resultado do desconhecimento da condenação social. Pelo contrário, conhecem os valores que a sociedade atribui às suas habilidades distintas, sabem que são classificados de “violentos”, “bárbaros” e “selvagens”, mas modificam a avaliação negativa dada pela sociedade às suas práticas convertendo essas ações em algo legítimo que lhes dá honra e prestígio.

Os torcedores dialogam com as definições que a sociedade atribui às suas práticas e ao seu grupo. Eles prefeririam ser observados e definidos como resistentes, fiéis, *aguantadores* e membros da torcida, não como “violentos”. Mas o poder da definição hegemônica é verdadeiramente efetivo. Então os torcedores aceitam que são “da torcida violenta”, que são “violentos”. Ao reconhecer o valor negativo do tamo junto e saber que são acossados pela polícia e pela imprensa, esses torcedores buscam o momento certo para tornar públicos, visíveis, os sinais que os identificam. São marcas distintas que devem aguardar a ocasião correta para aparecer e assim ser efetivas. Não podem se manifestar o tempo todo. Os integrantes da torcida sabem quando e onde mostrar seu tamo junto. Utilizam os momentos estrategicamente para se mostrar e desaparecer.

Mostrar que são praticantes de ações violentas é jogar a melhor partida com as cartas que têm, já que, ao buscar os momentos adequados para tornar visíveis os sinais do seu modo de ser no mundo, conformam uma identidade. Porque a violência, apesar da sua bagagem negativa e estigmatizada –ou talvez por isso mesmo–, se constitui como lugar propício para construir identidade. São dois os lucros da identificação violenta e ambos

são o resultado final da construção de sujeitos “que aguentam”. Por um lado, gera fortes sentimentos de pertencimento, o que permite aos identificados ser alguém ou ser parte de algo. Cria-se um “nós” estável e sólido em função da rejeição que têm suas práticas distintas. Por outro lado, e como resultado desses mecanismos de identificação, a “escolha” de ações espetacularizadas e confrontadas com a “normalidade”, que funcionam como distintas, permite adquirir uma relevância que não é possível para outras identificações. Estabelece rapidamente um “nós” e um “eles” que, para além da condenação, funcionam como espaços significativos para exibir características que definem sua identidade.

Em relação ao passado (mítico), a transformação crucial reside na maneira em que os torcedores se veem a si mesmos: como o único guardião da identidade, como o único ator sem benefícios econômicos. Frente à maximização desse benefício material (contado em dinheiro) por parte dos diretores, dos jogadores, dos jornalistas, dos políticos –como veremos, inclusive dos torcedores violentos–, as torcidas só podem propor a defesa do seu benefício simbólico: eles investem paixão e recebem mais paixão, às vezes como vitórias e arrogância, às vezes como derrota e dor. A continuidade dos repertórios que garantem a identidade de uma equipe aparece depositada nos torcedores, os únicos fiéis “às cores”, frente a jogadores “traidores”, diretores guiados pelo interesse econômico pessoal, empresários de televisão ocupados em maximizar os lucros, jornalistas corruptos envolvidos em transfêrências de passes. As torcidas desenvolvem, conseqüentemente, uma autopercepção que agiganta suas obrigações militantes: a ida ao estádio não é só o cumprimento de um rito semanal, mas sim um jogo duplo, pragmático e simbólico. Por um lado, por conta da persistência do mandato mítico: a ida ao estádio implica uma participação mágica que incide no resultado (*se não formos, algo ruim vai acontecer*). Mas, por outro, a continuidade da

identidade depende exclusivamente dessa ida, para que vejamos o jogo “nós” e “eles”.

Mas também essa centralidade –ou melhor, a centralidade no discurso da identidade autopercebida pelos torcedores– é recuperada pelos meios de comunicação. Na narrativa jornalística o futebol deixa de ser um espetáculo esportivo *acompanhado* por uma grande quantidade de público; pelo contrário, os torcedores agigantam seu protagonismo no discurso, na televisão do seu *carnavalismo* ou na narrativa das suas ações –exceto as violentas, expulsas do campo do que é tolerável, como dissemos. Os torcedores são atores centrais, eles se percebem como tais, são mostrados na televisão como tais. As arquibancadas não são mais uma moldura: são parte da ação. Esse fenômeno pode ser visto como a aparição de um herói esportivo que geralmente se comporta como o roteiro televisivo que é esperado dele –ou pelo menos como o que o programa de televisão *El aguante* esperava dele– e que, além do mais, não cobra cachê. Até que se matem entre eles, claro.

## Referências

- Alabarces, P. e Garriga Zucal, J. (2007). Identidades corporais: Entre o relato e o aguante. *Campos*, 8, (1), 145-165.
- Alabarces, P., Garriga Zucal, J. e Moreira, M. V. (2008). El “aguante” y las hinchadas argentinas: Una relación violenta. *Horizontes antropológicos*, 30, 113-136.
- Alabarces, P., Garriga Zucal, J. e Moreira, M. V. (2012). La cultura como campo de batalla: Fútbol y violencia en la Argentina. *Versión: Estudios de Comunicación, Política y Cultura*, 29, 2-20.
- Garriga Zucal, J. (2007). *Haciendo amigos a las piñas*. Buenos Aires: Prometeo.
- Garriga Zucal, J. (2011). *Nosotros nos peleamos*. Buenos Aires: Prometeo.
- Garriga Zucal, J. e Moreira, M. V. (2006). El aguante: Hinchadas de fútbol entre la pasión y la violencia. In D. Míguez e P. Semán, *Entre santos, cumbias y piquetes: Las culturas populares en la Argentina reciente* (pp. 55-73). Buenos Aires: Biblos.
- Moreira, M. V. (2008). Aguante, generosidad y política en una hinchada de fútbol argentina. *Avá*, 12, 79-94.
- Moreira, M. V. (2013). Participación, poder y política en el fútbol argentino. *Nueva Sociedad*, 248, 52-63.